



O retrato artístico da infância: da Idade Média à Modernidade¹

André Richard Durante VIEIRA²

Glaucia da Silva BRITO³

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR

Resumo

O papel central que a criança ocupa em nossa sociedade foi algo construído no decorrer dos tempos. Uma análise da representação da criança pela arte no Ocidente revela que a noção de infância sofreu transformações no decorrer dos séculos. Se no início da Idade Média sequer havia uma noção clara do que era a infância, temos hoje toda uma institucionalização ao redor da criança, seja através da mídia, da publicidade, do comércio, da escola, entre outros. Compreender como se deu esse processo requer olhar como a infância foi retratada pelas artes nesse período. Este artigo está baseado na investigação histórica da infância de Philippe Ariès, cuja abordagem é geralmente associada àquela da Escola dos Annales, ao analisar as transformações sociais de longa duração através dos séculos, e também nos Estudos Culturais, ao procurar nas culturas a chave da compreensão do mundo e da sociedade.

Palavras-chave: criança; infância; artes; comunicação; história.

Introdução

Vivemos em nossos tempos em uma sociedade infantocêntrica. A criança ocupa no mundo atual uma posição de destaque. Ao redor da criança há toda uma preocupação e atenção em relação a aspectos de educação, formação social e moral, saúde, qualidade de vida, proteção, amparo, entre vários outros. Em grande parte das famílias, as preocupações e as escolhas orbitam ao redor das crianças: em qual escola matriculá-las, onde morar, como educar os filhos, como conciliar trabalho e família, entre outras difíceis escolhas. A sociedade também se organiza ao redor da criança. Há toda uma institucionalização voltada para a infância, através dos programas educacionais, dos sistemas de proteção social e jurídica da criança e do adolescente, dos mais diferentes tipos de campanhas, associações, etc. Mas talvez

¹ Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 30 de maio a 01 de junho de 2013.

² Mestrando do programa de Pós-Graduação em Comunicação do PPGCOM/UFPR, email: ardvieira@gmail.com

³ Orientadora do trabalho, Professora do programa de Pós-Graduação em Comunicação do PPGCOM/UFPR e do programa de Pós-Graduação em Educação do PPGE/UFPR, email: gal.brito@gmail.com



seja na mídia e na produção cultural voltada à infância que esse aspecto seja mais perceptível. É fato que o acesso a essa produção cultural infantil é distribuída de forma muito desigual entre os países, como bem explicaram Bucht e Feilitzen (2002), mas é inegável que vivemos uma época de oferta midiática quase ilimitada para as crianças. Desde videogames, programas de TV, música, teatro, internet entre outras, há todo um universo midiático pensando a infância. Essas produções se dão dentro de um contexto cultural, ou como define Buckingham (1993, p. 81), a partir de uma "complexa história familiar na qual os participantes estão inseridos dentro de significados, de forma que suas ações, atitudes, necessidades, desejos e fantasias acabam por criar os seus próprios significados"⁴.

Levamos a infância muito a sério. A percepção que temos sobre a criança e sua personalidade é reconhecida em praticamente todas as esferas, sejam elas psicológicas, sociais, políticas e econômicas. No entanto, as coisas nem sempre foram assim. A concepção de infância e do papel da criança na família e na sociedade ocidental da forma como conhecemos hoje sofreu radicais mudanças no decorrer dos tempos. A ideia de infância é algo subjetivo, com variações de significado entre diferentes culturas. Em algumas sociedades, o ser criança e o período em que acaba a infância são pensados de formas bastante diversa, dependendo dos contextos socioculturais (COHN, 2009).

Alguns dos estudos pioneiros sobre o surgimento da noção de infância no Ocidente são creditados ao historiador Philippe Ariès. Com a obra *História Social da Criança e da Família*, publicado originalmente no final da década de 1960, inauguram-se os estudos sócio-históricos sobre a criança e seu papel na família e na sociedade. A abordagem utilizada por Ariès é normalmente associada àquela da Escola dos Annales, ao investigar os processos históricos de longa duração, processos que se dão de forma descontínua, ambígua, contraditória, e que procuram na história não os grandes acontecimentos, mas a história da vida comum, das sociedades marginalizadas, das culturas esquecidas.

Em sua obra, Ariès dedica especial atenção às transformações ocorridas no período de transição da Idade Média para a Modernidade, e nos mostra que o papel da criança na família e na sociedade caminhou entre extremos. Desde os tempos medievais, quando a altíssima mortalidade e as péssimas condições de higiene e saúde tornavam a infância um período obscuro marcado pelo descaso, por um precoce amadurecimento e inserção na vida adulta, até nossos dias atuais, em que a representação da criança vai muito além dos álbuns de família recheados de fotos de crianças, em que o comércio desenfreado de artigos infantis,

⁴ Tradução livre do autor a partir do texto original.



uma vasta programação midiática cultural e de entretenimento e toda uma "paparicação" voltada aos pequenos e pequenas marcam uma sociedade centrada na infância.

Como se deu essa drástica mudança no papel da criança na sociedade? Como a criança passou a ocupar esse espaço central no mundo? O objetivo desse artigo é compreender, através de uma investigação sócio-histórica da representação artística da criança no período entre o fim da Idade Média e a Modernidade, como se deu o surgimento da infância no Ocidente como a conhecemos hoje.

O retrato artístico da infância dos séculos XI ao XV

A concepção de infância que temos hoje não existia na Idade Média. Essa foi uma ideia forjada no período de transição para a Modernidade, uma passagem marcada por um complexo e difuso período histórico de vários séculos, em que as estruturas e as conjunturas da sociedade medieval foram lentamente substituídas por um novo tipo de sociedade moderna. Essa transformação teve início a partir dos séculos X e XI e marcou uma lenta e irregular transformação das relações de mercado e comércio, de racionalização do mundo e de transformações culturais e sociais. É um período marcado pela transição na Europa de uma economia de consumo agrícola direto para uma economia de produção de excedentes e da emergência das cidades e uma conseqüente transferência da vida econômica do campo para o urbano. Nessa transição

realiza-se a passagem, decisiva, em grandes superfícies, da economia doméstica para uma economia de mercado. Em outras palavras, as cidades separam-se de seu entorno rural e passam a olhar para além de seus próprios horizontes. É uma enorme "ruptura", a primeira a criar a sociedade europeia e a lançá-la na direção dos seus sucessos (...) É então que a Europa conhece o seu verdadeiro Renascimento (a despeito da ambigüidade da palavra), dois ou três séculos antes do tradicional Renascimento do século XV (BRAUDEL, 1996, p. 81).

O fim da Idade Média e o início da Idade Moderna não tem uma data marcada, um marco cronológico que marque os limites de influência de uma ou outra era. Trata-se de um longo período de transformações sociais e principalmente culturais. Martín-Barbero (1997) ressalta que para compreender essa zona de transição desse período exige um repensar da história cultural ocidental, entender que não existe de fato o



hiato estabelecido pelo racionalismo entre medievo e modernidade, não para retornar a uma continuidade evolucionista, mas para dar conta dos movimentos históricos de longo alcance como são precisamente os movimentos culturais, aqueles nos quais o que se transforma é o sentido mesmo do tempo, a relação dos homens com o tempo enquanto duração na qual se inscreve o sentido do trabalho, da religião e seus discursos (p. 91).

Entre as várias características da Idade Média, uma das mais marcantes é o relativo desinteresse pela infância. A arte medieval registrou a atividade humana nas mais diferentes situações, com a representação do amor, da morte, do ato de comer, beber, de tomar banho, da caça, das danças, das guerras, dos jogos, das preces, etc. Mas são raras as representações da criança, de suas atividades, do seu cotidiano. (TUCHMAN, cap. 3, 1978).

A criança ocupava um lugar insignificante na vida social e mesmo familiar. Isso não quer dizer que a criança fosse abandonada, mas sim que ela não ocupava o espaço central na sociedade. A criança não era distinguida essencialmente do adulto: assim que ela adquirisse uma certa autonomia da mãe, ela ingressava no mundo do trabalho e de obrigações e já não se distinguiu mais dos adultos. De criança pequena, ela rapidamente se transformava em homem, com suas responsabilidades, ajudando e aprendendo com o adulto.

Os poucos registros da arte medieval até o século XI sobre a infância mostram a criança retratada como homens em miniatura. Uma miniatura otomaniana (Evangeliário de Oto III, Munique) do século XI retrata uma cena bíblica na qual Jesus clama a si que o deixe vir as criancinhas. Nessa miniatura, 8 crianças são reproduzidas como miniaturas de 8 homens em tamanho reduzido, sem nenhuma característica de crianças. Algumas pinturas francesas do século XII e XIII também retratam a criança em versões reduzidas do corpo e musculatura de adultos, inclusive com raras reproduções de crianças nuas. (ARIÈS, 2011)

Como aponta Benjamin (2002, p. 86), ao refletir sobre a criança e seus brinquedos, levou séculos para que se compreendesse que as crianças não eram versões em miniatura dos adultos. E isso se percebe tanto nos traços das bonecas antigas - a boneca de brinquedo só ganharia as fraldas e os traços de bebê a partir do século XVIII, tendo até então a feição de uma mulher adulta em tamanho reduzido – quanto nos trajes infantis. As roupas das crianças na Baixa Idade Média eram basicamente as mesmas dos adultos, só que em tamanho menor. (id., 1994).

A passagem pela infância era rápida e insignificante demais para que pudesse sensibilizar, marcar na alma, para que pudesse ser registrada na memória. Segundo Ariès (2011, p. 17), “a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil



crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”.

A partir do século XIII começaram a surgir representações artísticas de crianças mais próximas do conceito moderno de infância. Aparece nesse século a figura do anjo como representação artística da criança. A idéia do anjo, de traços graciosos, redondos e um pouco efeminados, estava ligada a crianças educadas para ajudar na missa, nos seminários, uma infância eclesiástica, e se tornaria uma representação freqüente da criança nos séculos seguintes nas mãos de pintores como Botticelli e Fra Angelico.

Outro tipo de representação da infância foi a imagem artística do menino Jesus retratado, nas artes medievais a partir dos séculos XII e XIII. A imagem de Jesus quando pequeno e da Virgem Maria denotava uma criança mais sentimental, mais real. A representação da maternidade da Virgem Maria mostrava também um caráter mais emotivo da arte medieval sobre o sentimento de infância.

No grupo formado por Jesus e sua mãe, o artista sublinharia os aspectos graciosos, ternos, ingênuos da primeira infância; a criança procurando o seio da mãe ou preparando-se para beijá-la ou acariciá-la, com um pássaro amarrado ou uma fruta; a criança comendo seu mingau; a criança sendo enrolada em seus cueiros. (ARIÈS, 2011, p. 20)

Entre os séculos XIII ao XV, deu-se uma profanação da imagem artística de Jesus. No início, a iconografia artística se limitava ao menino Jesus. Num segundo momento, outras infâncias começavam a ser retratadas, começando com a da Virgem Maria, seguida de outras infâncias santas, como a de São João, companheiro de jogos do menino Jesus, a de São Tiago e a de filhos de mulheres santas: Maria Zebedeu e Maria Salomé. Daí, uma iconografia totalmente nova surgia, reunindo vários grupos dessas crianças. A vida dessas crianças santas começou a ser retratada artisticamente nas suas brincadeiras, nos jogos, na sua cotidianidade. A criança aparecia nas pinturas com sua família, no meio de multidões, no colo da mãe, aprendendo um ofício com um adulto ou em situações anedóticas, seja brincando, jogando ou até urinando em algum canto. Não era ainda o retrato da criança sozinha, mas é inegável que se consolidava uma representação da infância de forma inédita, como se a criança e sua cotidianidade estivessem sendo reveladas, notadas.

Ariès (2011) detecta ainda um terceiro tipo de representação da criança nessa época surgiu na fase gótica, a partir de meados dos séculos XII e XIII: a nudez como elemento de representação artística da infância. A nudez infantil estava intimamente ligada ao nascimento



e à morte da alma. A entrada e a saída da alma do mundo era simbolizada na imagem da criança nua. Em diversas pinturas medievais francesas,

a alma era representada por uma criancinha nua e assexuada. Os juízos finais conduzem sob essa forma a alma dos justos ao seio de Abraão. O moribundo exala uma criança pela boca numa representação simbólica da partida da alma. Era assim também que se imaginava a entrada da alma no mundo, quer se tratasse de uma concepção miraculosa e sagrada - o anjo da Anunciação entrega à Virgem uma criança nua, a alma de Jesus - quer se tratasse de uma concepção perfeitamente natural - um casal repousa no leito, aparentemente de forma inocente, mas algo deve ter-se passado, pois uma criança nua chega pelos ares e penetra na boca da mulher : a criação da alma humana pela natureza. (ARIÈS, 2011, p. 20)

Essas representações artísticas medievais da imagem da criança evoluíram entre os séculos XIII e XV, mas a criança era normalmente retratada como coadjuvante, um papel secundário.

A partir do século XV, novas formas de representação artística da criança a colocavam em uma evidência inédita. Uma dessas inovações artísticas foi o surgimento (ou ressurgimento) do *putto* (ou *putti*, no plural em italiano), algo totalmente estranho à Idade Média, algo que veio a ressurgir somente no Quattrocento italiano. O *putto* era a representação de uma figura próxima a de um anjo, de uma criança com formas redondas, graciosa, assexuada, normalmente de asas. Era uma variação da personificação da figura do Eros helenístico. Seu interesse se espalhou de forma generalizada na Europa e retratos e esculturas de crianças-anjos se disseminaram pelo continente através dos séculos XV, XVI e XVII. O *putto* não representava uma criança real, na sua cotidianidade. Nem tampouco representava a infância no Renascimento, as relações existentes entre as crianças e delas com o adulto. De fato, "o gosto pelo *putto* correspondia a algo mais profundo do que o gosto pela nudez clássica, a algo que deve ser relacionado com um amplo movimento de interesse em favor da infância". (ARIÈS, 2011, p. 26).

A descoberta da infância pela arte erudita europeia

A profunda cristianização dos costumes gradativamente passava a atribuir uma sensibilidade à criança, como se desse conta de que ela possuía uma alma, uma personalidade. No século XVI surgiram as primeiras representações funerárias da criança, marcando um sentimento de piedade, de pesar e dor pela sua morte. Esse sentimento de piedade pela criança morta marcaria um importante momento na história dos sentimentos em relação à infância. As



crianças nasciam e morriam em grande número. A morte estava envolta em uma dualidade de sentimentos. Se por um lado a morte era algo presente, em um mundo no qual as condições de higiene e saúde tornavam a sobrevivência aos primeiros anos uma tarefa difícil, por outro lado havia a dor pela perda dos filhos. Segundo Ariès (2011, p. 23), "é notável, de fato, que nessa época de desperdício demográfico se tenha sentido o desejo de fixar os traços de uma criança que continuaria a viver ou de uma criança morta, a fim de conservar sua lembrança".

Gélis (2009) ressalta que aos pais não restava nada a fazer senão lamentar a morte do filho, restando-lhes como único recurso ter outro filho. Mas a luta pela preservação da vida é algo que se ressalta já a partir do século XIV, algo que só irá se fortalecer nos séculos seguintes, a despeito das altas taxas de mortalidade infantil e das limitações da medicina.

A partir do século XVII começam a surgir as primeiras representações da criança sozinha. Nesse século multiplicaram-se os retratos infantis, sejam elas das próprias crianças por si só, ou em retratos com os irmãos ou ainda em grupos, com outras crianças. Um tipo de retrato muito popular no século XVII era o retrato de crianças da mesma família. Quase toda família europeia abastada desejava um retrato de seus filhos, mesmo se retratados quando pequenos. Era um costume que permitia registrar o retrato dos filhos como eram na época. O surgimento da fotografia no século XIX viria a substituir a técnica da pintura, mas o sentimento de representação familiar, de recordação da imagem das crianças e da família persiste com a maior força em nossos dias atuais.

Nesse mesmo século, surgiria um tipo inédito de retrato, uma combinação da nudez decorativa do putto e do tradicional retrato familiar. Aparecem pequenos bebês retratados nus, não como anjinhos pagãos, mas como crianças no seu natural, no seu cotidiano. Os bebês eram retirados de suas roupinhas para terem suas pequenas nádegas retratadas em pinturas graciosas, que buscavam através do retrato da nudez trazer a inocência e a pureza das pequenas crianças. Esse é também um tipo de retrato que persiste em nossos tempos.

A infância e os laços familiares na Modernidade

As relações familiares em meados do século XVI estavam pautadas por um sentimento de pertencimento a uma linhagem. A vida era essencialmente rural e a natureza, a terra, eram basicamente o berço de todas as relações, a razão da existência. Da natureza extraía-se toda a subsistência e essa dependência da terra marcava uma profunda ligação da família aos ciclos da natureza.



O sistema de cultura ditava, naturalmente, os ritmos e as épocas do trabalho agrícola. Em toda a parte, porém, a preocupação fundamental do camponês era assegurar à família e aos que, eventualmente, tivessem direito à terra por ele cultivada ou aos seus produtos (senhor da terra, proprietário cidadão, igreja local) a produção de cereais, que constituíam, em toda a parte, o ingrediente principal da alimentação humana, sobretudo das classes mais baixas. (LE GOFF, 1989, p. 84)

As famílias eram numerosas e a própria fertilidade do casal simbolizava essa riqueza da natureza. Gélis (2009, p. 305) analisa essa estrutura familiar, afirmando que "os adultos em idade de procriar estabeleciam o elo entre passado e futuro, entre uma humanidade que se fora e uma que estava por vir. Romper a corrente era uma responsabilidade absurda."

A mulher exercia um papel fundamental na família. Era ela a responsável por trazer uma nova criança à vida e assegurar-lhe que sobrevivesse e crescesse.

Gerações sucessivas nasciam, viviam e morriam dentro de um espaço geográfico pequeno, quase sempre limitado à pequena vila onde nascessem. O sentido de pertencimento a uma linhagem, a ligação a um sobrenome, trazia uma ambivalência ao sentido de corpo, como denota Gélis (2009): ao mesmo tempo que o corpo era individualizado, que cada indivíduo era responsável pelas suas atitudes, cabia ao indivíduo respeitar o interesse coletivo da família. Cada membro da família era dono do seu próprio corpo, mas a solidariedade os laços de sangue não permitiam que o indivíduo tivesse autonomia completa sobre seu corpo. O corpo era seu, mas também um pouco dos "outros", dos membros vivos da família e dos ancestrais mortos.

Essa aparente dicotomia entre o cuidar do corpo de forma autônoma e de respeitar os interesses coletivos da família, entre um caráter público e privado de domínio do próprio corpo, estava também a criança, principalmente no que diz respeito à sua formação e educação. A infância era um período de aprendizagens, de conhecer os domínios do corpo, de aprender as brincadeiras e a se relacionar com outras crianças maiores e menores. Era necessário aprender as regras de convivência dentro da família e da comunidade. Os pais tinham um papel fundamental nesse processo. As tradições eram repassadas de pai para filho: ao crescerem, aos 7 ou 8 anos de idade, os meninos seguiam os pais no campo, na caça, enquanto as meninas seguiam aprendendo com suas mães o papel de mulher. O propósito dessa educação privada ⁵ era assegurar a sobrevivência e preservar e perpetuar a linhagem, inaugurando um novo sentimento em relação à infância, um sentimento de preservação vida da criança.

⁵ Privado aqui se entende pela instrução promovida pelos pais, em contraposição ao público, ou seja, a educação empreendida pelo Estado e pela Igreja.



As mudanças sociais ocorridas na Europa entre os séculos XIV e XVI transformaram também as relações familiares, de linhagem e alteraram o próprio sentido de infância. A emergência das cidades no Renascimento, inicialmente na Itália e depois na França e na Inglaterra, deu o tom a essas mudanças.

na cidade da Renascença, a relação estreita com a terra-mãe tende a desaparecer, já não se percebe tão nitidamente a sucessão das estações. Atenua-se a referência aos ancestrais, ainda ontem essencial: na cidade há cada vez menos lugar e tempo que se possa consagrar-lhes; quanto aos problemas da esterilidade do casal, evidentemente não se resolvem com recursos "naturais" e mágicos. Nesse meio reconstruído pelo homem, nessa cidade da Renascença cada vez mais "pensada como corpo", o recolhimento junto à família nuclear acarreta o arranjo de um espaço doméstico mais íntimo. (GÈLIS, 2009, p. 311)

Essa nova estrutura familiar acarretaria mudanças na maneira pela qual os "novos pais" passam a se relacionar com seus filhos. Não que a infância tivesse sido redescoberta de forma mágica. Tampouco essa mudança ocorreu de forma uniforme em toda a Europa. Mas uma lenta transformação estava em curso, uma mutação cultural que atravessaria os séculos XIV até o XVII que provocaria uma mudança de consciência em relação à infância. Aos poucos, a criança se deslocava para o centro da família. O convívio com a criança era visto como um relaxamento para o adulto, algo prazeroso, a partir das brincadeiras infantis, da ingenuidade e da sutileza. Um novo sentimento de infância surgia, com toda uma "paparicação" ao redor das crianças. Os relatos entre Madame de Sévigné⁶ e sua filha relatando o convívio com sua netinha é uma amostra disso:

Estou lendo a história da descoberta das Índias por Cristóvão Colombo, que me diverte imensamente; mas vossa filha me distrai ainda mais. Eu a amo muito ... Ela acaricia vosso retrato e o paparica de um jeito tão engraçado que tenho de correr a beijá-la. (...) Há uma hora me distraio com vossa filha, ela é encantadora. Mandei cortar seus cabelos. Ela agora usa um penteado solto. Esse penteado foi feito para ela. Sua tez, seu colo e seu corpinho são admiráveis. Ela faz cem gracinhas, fala, faz carinho, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queixo: enfim, ela é linda em tudo que faz. Divirto-me com ela horas a fio. (ARIÈS, 2011, p. 101).

⁶ A Madame de Sévigné era uma aristocrata francesa que viveu no século XVII. Por cerca de trinta anos trocou correspondências com sua filha a respeito dos mais variados assuntos. Cerca de 1.300 dessas cartas foram postumamente publicadas por sua neta, Pauline de Simiane. O conteúdo dessas cartas abre as portas para a compreensão de diversos aspectos da vida cotidiana familiar francesa do século XVII, em especial, dos sentimentos em relação às crianças.



Esse sentimento de "paparicação" foi algo generalizado, intensificado no século XVII, e era algo presente tanto em famílias ricas quanto pobres. Nesse século, a infância passou a ser objeto de atenção não somente pelo caráter de distração e alegria que proporcionavam. Os moralistas e educadores do século XVII passaram a se preocupar também com questões psicológicas e morais em torno da criança. Surgia assim todo um discurso preocupado em dar a infância uma atenção maior do que a simples distração para os adultos. A infância passaria a ser vista de forma séria, um novo sentimento de infância florescia.

Esse novo sentimento de "paparicação" da infância havia surgido inicialmente a partir do seio familiar. Em seguida, foram as forças externas à família que legitimaram uma concepção moderna de infância: eclesiásticos, políticos e moralistas do século XVII que viam na infância muito mais do que uma distração ou alegria para os pais, mas pessoas que precisavam ser protegidas, educadas e disciplinadas em um mundo cada vez mais racional.

O século XVIII traria ainda novas preocupações em relação à infância, associadas à higiene e saúde física. Além disso, surgiriam na Europa reações críticas contrárias a essa "paparicação", um sentimento também novo de exasperação, de irritação por tanta ocupação em torno de brincadeiras e bobagens infantis. Acompanhava ainda a emergência de todo um discurso moralizador, influenciado pelo Estado e pela Igreja, que iria se disseminar pela Europa nos séculos XVII e XVIII. John Locke, em 1693, denuncia o excesso de mimos que os pais dispensavam aos pequenos, observando que o amor intenso aos filhos que a natureza concedia aos pais impedia que estes não percebessem o mal que causavam aos pequenos mimá-los, ao deixá-los livres a fazerem o que bem entendessem (GÉLIS, 2009, p. 313-314). Era preciso domar essas efusões, impor limites ao comportamento das crianças. Nesse sentido, a necessidade de uma transferência da educação familiar, dada pelos pais através das tradições, para uma educação rígida, controladora, sujeito aos comandos da razão, encontraria nos colégios, na escola formal, a estrutura adequada a esse discurso moralizante. Essa tradição legaria o campo fértil para o surgimento e a consolidação da escola no sentido moderno, cujas implicações forjariam a história da infância e de toda a sociedade nos séculos seguintes.

Conclusão

O papel central ocupado pela criança na sociedade moderna não pode ser compreendido senão através de uma abordagem que busque compreender os contextos



culturais subjacentes às complexas relações e transformações sociais através dos tempos. Isso requer também uma nova visão de história.

O legado dos historiadores ligados à Escola dos Annales é de revisitar a história, de compreender como o mundo foi construído não a partir de uma visão linear, uma sucessão progressiva de acontecimentos políticos, como vislumbra o positivismo histórico, mas uma história feita de descontinuidades, de baixo para cima, a história dos excluídos, das culturas marginais. A história que interessa não é a história dos grandes fatos políticos e diplomáticos, das guerras, dos heróis, mas uma história mais ampla, aquela que investigue todos os aspectos da vida humana. Entender a história dessa maneira é como Martín-Barbero argumenta, ao analisar os trabalhos historiográficos de Le Goff⁷, entrar em

outro "comprimento de onda", o que permite captar a voz - e não só o "ruído" - de alguns emissores não audíveis na "frequência" dos cortes históricos estabelecidos pelos que escreveram a história a golpes, e à custa dos vencedores (...) Fazer história disso significava fazer *história cultural*, e na busca do fio condutor, da ferramenta de análise e de investigação encontrei a oposição entre cultura erudita e cultura popular". (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 91-92)

Compreender o surgimento da infância como a conhecemos requer percorrer por esses caminhos em que as culturas e a sociedade se mergem e transformam, forjam a nossa realidade. Nossa abordagem nesse artigo procurou trazer um ponto de vista a partir da ilustração da figura da criança através da arte europeia - há muitas outras abordagens e possibilidades. Mais do que uma leitura técnica da arte ocidental, Ariès buscou compreender como as concepções do que era a infância em uma Europa medieval (ou pré-moderna) eram retratadas artisticamente. E de seu trabalho de investigação destacam-se algumas considerações em especial.

O Iluminismo tirou a criança do anonimato, de um mundo medieval no qual ela se misturava quase que indistintamente do adulto. Começava a surgir a criança moderna, separada do mundo adulto, vista ambigualmente de forma dócil e delicada, mas também com um certo desprezo pela sociedade européia dos séculos XVII e XVIII. O discurso moralizante desses séculos, bem como um longo processo de racionalização da vida, de um 'desencantamento do mundo', transformaram o espaço que a criança ocupava na sociedade. Não só as crianças, mas também seus objetos foram racionalizados nessa infância moderna.

⁷ Assim como Ariès, Le Goff dedicou-se a entender as transformações sociais na Idade Média a partir de estudos interdisciplinares centrados nos contextos culturais. Ambos são associados com a Escola dos Annales.



Em *Rua de mão única*, Benjamin (2002, p. 103) desdenha do modo como são pensados e criados os brinquedos infantis:

Meditar com pedantismo sobre a produção de objetos - material ilustrado, brinquedos ou livros - que devem servir às crianças é insensato. Desde o Iluminismo isto é uma das mais rançosas especulações dos pedagogos. A sua fixação pela psicologia impede-os de perceber que a Terra está repleta dos mais incomparáveis objetos da atenção e da ação das crianças.

Existe todo um mundo imaginário da criança, cercado de fantasias e dotado de uma racionalidade própria. É o próprio Benjamin (1993) quem ressalta o fato de que a criança é um ser histórico, contextualizado, faz parte da história, e como tal, tem uma razão própria, diferente daquela dos adultos.

Mas há também um mundo material, institucionalizado, ao redor da criança. Esse mundo está nas relações comerciais, na publicidade, na mídia infantil, na moda, etc. É um mundo socialmente construído, através de uma concepção própria de infância e do papel da criança na família e na sociedade.

É na compreensão dos contextos sociais e na investigação histórica dos longos e contraditórios processos de transformação cultural e, no caso desse artigo, artístico, que encontramos a chave para a compreensão, ao menos que parcial, daquilo que entendemos hoje como infância.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2a. ed. (reimpressão). Rio de Janeiro: LTC, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. 1a. ed. (reimpressão). São Paulo: Duas Cidades, 2002

_____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. 1)

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo**: séculos XV-XVIII (Vol. 3 - O Tempo do Mundo). São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BUCKINGHAM, David. **Reading audiences**: young people and the media. Manchester: Manchester University Press, 1993.



CHERUBINI, Giovanni. O camponês e o trabalho no campo. In: LE GOFF, Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 81-95.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. 2a. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

FEILITZEN, Cecilia von; BUCHT, Catharina. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**. Brasília: Unesco, SEDH Ministério da Justiça, 2002.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes, São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel Ferraz Pereira (Org.). **Infância e produção cultural**. Campinas, SP: Papyrus, 1998. (Prática Pedagógica).

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TUCHMAN, Barbara. **A distant mirror**: the calamitous 14th century. New York: Ballantine Books, 1978. e-book. Disponível em: < <http://www.general-files.com/download/gS6230d74ah18i0/A%20Distant%20Mirror%20-%20The%20Cala%26hellip%3Brar.html> > Acesso em 13/01/13.